

A PROBLEMÁTICA DA TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICA DO CONCEITO DE GÊNERO DO DISCURSO: EM PAUTA OS FENÔMENOS DA “INTERTEXTUALIDADE INTERGÊNEROS” E DA “FICCIONALIZAÇÃO”¹

Sírio POSSENTI

Professor titular no Departamento de Linguística da Universidade Estadual de Campinas. Atua em diversas áreas da Linguística, com ênfase em Teoria e Análise Linguística, principalmente na subárea da Análise do Discurso, em especial nos campos do humor e da mídia. É bolsista PQ - nível 1B - pelo CNPq. E-mail: siriop@terra.com.br

Fernanda MUSSALIM

Professora Associada do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Atua na área de Linguística, com ênfase em Análise do Discurso, e realiza pesquisas em torno dos seguintes temas: identidade linguística nacional; constituição de posicionamentos discursivos no campo da arte (abrangendo literatura, música e pintura); relações entre estilo e ethos; autoria; processos de constituição de identidades femininas no discurso publicitário; fórmulas discursivas; e gêneros discursivos e ensino. É líder do Grupo de Pesquisa CED (Círculo de Estudos do Discurso - UFU); membro do CEPELP (Centro de Pesquisa em Ensino de Língua Portuguesa - UFU); e do Centro de Pesquisa FEStA (Fórmulas e estereótipos: teoria e análise - UNICAMP). É bolsista PQ - nível 2 - pelo CNPq. E-mail: fmussalim@gmail.com

Resumo

A proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais de fundamentar o ensino da Língua Portuguesa na concepção bakhtiniana de *gênero do discurso* (BAKHTIN, 1953/2003) desencadeou uma série de reflexões teóricas em torno do conceito e possibilitou o surgimento de um conjunto de propostas de didatização e de metodologias de trabalho com os gêneros em sala de aula. Entretanto, nesse processo de escolarização, houve momentos em que pressupostos fundantes da teorização bakhtiniana foram relegados a segundo plano, e os gêneros foram praticamente tratados apenas a partir de seus aspectos formais. Neste artigo, pretendemos tratar de dois aspectos específicos da abordagem dos gêneros do discurso em contexto escolar que, a nosso ver, apresentam-se como uma forte evidência desse fato. Referimo-nos aqui a dois fenômenos que, comumente, têm sido concebidos/compreendidos como “intertextualidade intergêneros” (FIX, 1997) e “ficcionalização” (SCHNEUWLY, 2004).

¹ Os autores agradecem ao CNPq pelo apoio financeiro no desenvolvimento de suas pesquisas.

Palavras-chave

Gênero do discurso; cena de enunciação; intertextualidade intergêneros; ficcionalização; transposição didática.

Primeiras considerações

A proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais de fundamentar o ensino da Língua Portuguesa na concepção bakhtiniana de *gênero do discurso* (BAKHTIN, 1953/2003) desencadeou uma série de reflexões teóricas em torno do conceito e possibilitou o surgimento de um conjunto de propostas de didatização e de metodologias de trabalho com os gêneros em sala de aula. Entretanto, nesse processo de escolarização, houve momentos (e propostas e metodologias) em que pressupostos fundantes da teorização bakhtiniana foram relegados a um segundo plano, e os gêneros foram preponderantemente tratados a partir de seus aspectos formais.

Neste artigo, pretendemos tratar de dois aspectos específicos da abordagem dos gêneros do discurso em contexto escolar que, a nosso ver, apresentam-se como uma forte evidência desse fato. Referimo-nos aqui a dois fenômenos que, comumente, têm sido concebidos/compreendidos como “intertextualidade intergêneros” (FIX, 1997) e “ficcionalização” (SCHNEUWLY, 2004).

Em nosso percurso de reflexão sobre esses dois fenômenos, iremos nos fundamentar nas postulações de Mikhail Bakhtin e Dominique Maingueneau sobre a noção de gênero do discurso. Nosso intuito é, em última instância, apontar caminhos para que o processo de transposição didática de conceitos sobre a linguagem – formulados no campo da ciência, dos saberes – seja realizado de maneira mais cautelosa do que, muitas vezes, vem ocorrendo.

Iniciaremos apresentando o modo como a problemática dos gêneros do discurso é concebida pelos dois teóricos aqui considerados: Bakhtin e Maingueneau.

As concepções de gênero do discurso em Mikhail Bakhtin e Dominique Maingueneau

Apresentaremos, nesta seção, as noções de gênero do discurso, respectivamente, segundo Mikhail Bakhtin e Dominique Maingueneau, relacionando esses conceitos a fundamentos importantes do quadro teórico formulado por cada um dos autores.

Uma concepção de gênero do discurso atrelada ao pressuposto de que a verdadeira substância da língua é constituída pelo fenômeno social da interação verbal

No capítulo 6 de *Marxismo e filosofia da linguagem*, Bakhtin define enunciação como o produto da interação entre dois indivíduos socialmente organizados. A *palavra* (enunciado concreto), dessa perspectiva, dirige-se a um interlocutor e variará, caso se trate de uma pessoa do mesmo grupo social ou não, se estiver no mesmo patamar de hierarquia social ou não, etc. Na realidade, toda palavra é determinada pelo fato de que procede de alguém e se dirige para alguém; ela constitui, pois, o produto da interação do locutor e do interlocutor:

Toda palavra serve de expressão a *um* em relação ao *outro*. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apoia sobre mim numa extremidade, na outra apoia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor. (BAKHTIN, 2006, p. 117)

Para o autor, a realização da palavra (enquanto signo social) na enunciação concreta é inteiramente determinada pelas relações sociais, visto que a “situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação” (idem, ibidem, p. 117).

Essas considerações permitem perceber que, em Bakhtin, a noção de interação está radicalmente atrelada à questão da linguagem (*a palavra é o território comum do locutor e do interlocutor*) e que, apesar de se referir à relação entre interlocutores, ela tem um caráter social que extrapola o contexto enunciativo mais imediato e ocasional, submetendo-se, também, às coerções sociais mais substanciais e duráveis.

O autor ainda afirma que, se tomarmos a enunciação em seu estágio inicial, isto é, ainda em fase de elaboração interna de seu conteúdo, não se alterará a essência das coisas, já que a estrutura da atividade mental é tão social quanto sua objetivação exterior. O pensamento não existe fora da orientação social, revelando-se, na verdade, um produto da inter-relação social. Por esse motivo, todo itinerário que leva da atividade mental à objetivação externa (à expressão) situa-se em território social. Em outras palavras, a enunciação é, na sua totalidade, socialmente dirigida:

A estrutura da enunciação e da atividade mental a exprimir são de natureza *social*. A elaboração estilística da enunciação é de natureza *sociológica* e a própria cadeia verbal, à qual se reduz em última análise a realidade da língua, é *social*. Cada elo dessa cadeia é social, assim como toda a dinâmica da sua evolução. (BAKHTIN, 2006, p. 126)

O autor também esclarece que não se pode isolar uma forma linguística de seu conteúdo ideológico, visto que toda palavra é ideológica e “toda utilização da língua está ligada à evolução ideológica” (idem, ibidem, p. 126). Para Bakhtin, portanto, não é possível pensar que exista algum nível da linguagem que se estruture fora do social – e nem fora do ideológico, portanto, já que as relações sociais se dão sempre sob a forma de posicionamento valorativo dos grupos sociais. Nesse sentido, a verdadeira substância da língua é constituída pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da(s) enunciação(ões). A interação verbal constitui, assim, a realidade fundamental da língua.

Em seu manuscrito *Os gêneros do discurso* (1953/2003), Bakhtin discute caminhos para um estudo da linguagem como atividade sócio interacional e aponta algumas características da unidade deste estudo (o enunciado), em contraste com a unidade tradicional dos estudos linguísticos (a sentença).

Na primeira parte do texto, o autor faz uma introdução geral ao tema, conceituando gênero do discurso, distinguindo gêneros primários de secundários e correlacionando estilo e gênero. Na segunda, há uma extensa discussão sobre o conceito de enunciado como unidade da comunicação sócio verbal, em contraste com o de sentença,

como unidade da língua entendida como sistema gramatical abstrato. Nesta segunda parte, Bakhtin dialoga criticamente com a tradição dos estudos linguísticos que se caracteriza por privilegiar o estudo sistêmico da linguagem verbal e simplificar a realidade linguística enquanto interação social.

O conceito de gênero do discurso é definido pelo autor nos seguintes termos:

O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo, não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo de linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua mas, acima de tudo, por sua construção composicional. Todos esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional – estão indissolivelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação. Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso*. (BAKHTIN, 2003, p. 261-262).

Sabe-se que muitos trabalhos sobre gênero se fundamentam nesta passagem que, de fato, resume bem a concepção do autor. Sabe-se também que, muitas vezes, esquece-se que Bakhtin define um gênero a partir de três propriedades, que são o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional. Talvez pelo fato de esta última propriedade ser apresentada precedida da expressão “acima de tudo”, seja frequente que as análises de gêneros se restrinjam a ela. Mas também outras passagens, como as que se seguem, podem encaminhar as abordagens dos gêneros para essa mesma direção: “As condições menos favoráveis para refletir a individualidade na língua são as oferecidas pelos gêneros de discursos *que requerem uma forma padronizada*, tais como a formulação de um documento oficial, da ordem militar, da nota de serviço, etc.” (2003, p. 283); “estes gêneros, em particular os gêneros elevados, oficiais, são muito estáveis e muito prescritivos” (2003, p. 303). Em função de afirmações como essas, deixa-se, não raras vezes, de perceber que a forma mais estável está sempre associada a casos determinados, em especial aos gêneros oficiais e aos prescritivos. Entretanto, a consideração do texto completo de Bakhtin, em especial dos trechos em que ele trata da problemática do enunciado concreto, permite esclarecer que o autor frequentemente insiste na necessidade de levar em conta a esfera de atividade social: “cada esfera conhece seus gêneros, apropriados à sua especificidade, aos quais correspondem determinados estilos” (2003, p. 283-4); “esta escolha [do gênero] é determinada em função da especificidade de uma determinada esfera da comunicação verbal, das necessidades de uma temática (do objeto do sentido), do conjunto constituído dos parceiros” (2003, p. 301). A consideração da esfera de atividade coloca em cena a problemática da heterogeneidade que, na teorização bakhtiniana de gêneros do discurso, aparece sob a formulação da “estabilidade relativa dos gêneros”.

Assim, tomando como referência a definição de gênero do discurso anteriormente apresentada, bem como a reflexão desenvolvida por Bakhtin em seu texto, uma característica fundamental a ser destacada dessa teoria é que os gêneros não são

concebidos como conjuntos de objetos que partilham determinadas propriedades formais; diferentemente, são enfocados pelo viés dinâmico da produção, considerando que o autor postula a existência de um vínculo orgânico entre a utilização da linguagem e a atividade humana. Assim, o que é dito está sempre relacionado ao tipo de atividade em que os participantes de uma esfera estão envolvidos, de modo que sempre falamos por meio de gêneros do discurso no interior de determinada esfera de atividade humana.

Em seguida, no mesmo texto, o autor inicia o balizamento do estudo dos gêneros, propondo uma primeira classificação em gêneros primários e secundários. Os gêneros primários constituem-se e desenvolvem-se em circunstâncias de uma comunicação verbal espontânea (mas não exclusivamente orais) e estão em relação direta com seu contexto mais imediato. Trata-se dos gêneros da conversa familiar, das narrativas espontâneas, das atividades efêmeras do cotidiano. Os gêneros secundários, por sua vez, aparecem em circunstâncias de uma comunicação cultural mais elaborada (são, em geral, mas não necessariamente, escritos) e referem-se àqueles gerados e usados nas atividades científicas, artísticas, políticas, filosóficas, jurídicas, religiosas, de educação formal, etc.

Em relação a essa classificação, é relevante esclarecer que Bakhtin não compreende esses dois tipos de gêneros como independentes, mas toma-os como realidades interdependentes, asseverando que uma boa compreensão da natureza do enunciado e de seus tipos (isto é, dos gêneros do discurso) depende da consideração mútua dessas duas realidades: “A própria relação mútua dos gêneros primários e secundários e o processo de formação histórica dos últimos lançam luzes sobre a natureza do enunciado” (BAKHTIN, 2003, p. 264). Mais que isso, para além da consideração da interdependência entre gêneros primários e secundários, o autor reforça, na teorização sobre os gêneros, os pressupostos da interação e do dialogismo², ao afirmar que cada enunciado “é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados com os quais está ligado pela identidade da esfera da comunicação discursiva”, ou ainda, que “cada enunciado é pleno de variadas atitudes responsivas a outros enunciados de dada esfera da comunicação discursiva” (idem, ibidem, p. 297).

Passaremos a seguir à apresentação da noção de gênero do discurso em Dominique Maingueneau. Como já anunciado, apresentaremos essa noção, relacionando-a ao quadro teórico em que nasceu sua formulação.

² No ensaio “Discourse in the novel”, Bakhtin (1934/1981) afirma que qualquer palavra (enunciado concreto) encontra o objeto a que se refere “envolto por uma atmosfera social de discursos” e, nesse sentido, “nossas palavras não tocam as coisas, mas penetram na camada de discursos sociais que recobrem as coisas”. Essa relação palavras/coisas se complexifica ainda mais pela interação dialógica das várias vozes sociais que constituem a dinâmica da história. Em decorrência da diversidade dos grupos sociais e do caráter sempre múltiplo e heterogêneo das experiências concretas dos grupos humanos, os signos, não apenas refletem o mundo, mas também o refratam, isto é, com os signos, pode-se apontar para uma realidade que lhes é exterior, mas faz-se isso sempre refratando, ou seja, sempre construindo interpretações dessa realidade. Nesse sentido é que Pavel N. Medvedev, um dos estudiosos do *Círculo de Bakhtin*, afirma que, “no horizonte ideológico de uma época ou grupo social, não há uma, mas várias verdades mutuamente contraditórias” (apud FARACO, 2003, p. 50). Essas várias verdades referem-se aos diferentes modos pelos quais os diversos e diferentes grupos sociais atribuem valorizações ao mundo – aos entes, eventos, ações, relações. Sendo assim, a plurivocidade (as diversas vozes, que são sempre sociais) é a condição de funcionamento dos signos nas sociedades humanas, visto que eles significam deslizando entre múltiplos quadros axiológicos. A metáfora do *diálogo*, designando “o complexo das relações dialógicas, a dinâmica dos signos e das significações entendida como se realizando responsivamente de modo similar às réplicas de um diálogo face-a-face” (FARACO, 2003, p. 70), dará o arremate a essas reflexões do *Círculo*, colocando sob a égide de um mesmo conceito, a problemática da interação (a relação *eu/outro*) e da natureza social e axiológica da linguagem.

Uma concepção de gênero do discurso atrelada ao pressuposto do interdiscurso e ao conceito de cena de enunciação

Em *Gênese dos Discursos* (1984/2005), Dominique Maingueneau postula e assume o primado do interdiscurso como ponto central da construção de todo o quadro teórico-metodológico que propõe para a Análise do Discurso. Sendo, pois, um conceito central, o autor, ao definir interdiscurso, busca especificar seu alcance e complexidade, descrevendo as instâncias de seu funcionamento por meio da tríade *universo discursivo*, *campo discursivo* e *espaço discursivo*.

A noção de *universo discursivo*, tal como definida por Maingueneau, diz respeito ao conjunto de formações discursivas de todos os tipos, que interagem em uma conjuntura dada. Mesmo não sendo possível apreendê-lo em sua globalidade, trata-se de um conjunto finito que define uma extensão a partir da qual serão construídos domínios susceptíveis de serem estudados, a saber, os *campos discursivos*.

O *campo discursivo*, por sua vez, deve ser compreendido como sendo um conjunto de formações discursivas com mesma função social, que se divergem, entretanto, quanto ao modo pelo qual essa função deve ser preenchida. Em uma região determinada do universo discursivo, tais formações discursivas buscam delimitar-se reciprocamente, por meio de uma relação de concorrência, compreendendo este último termo de maneira mais ampla, de modo a significar tanto afrontamento aberto, quanto aliança, neutralidade aparente, etc. O recorte em campos discursivos não define zonas insulares; é antes uma abstração necessária que deve permitir abrir múltiplas redes de trocas. A delimitação desses campos também não tem nada de evidente, mas exige do analista que ele faça hipóteses e escolhas, pautadas tanto na materialidade linguística dos supostos discursos que se encontram em relação, como nas condições de enunciabilidade de tais discursos, condições que, por sua vez, circunscrevem-se historicamente.

É no interior do campo discursivo que se constitui um discurso, e sua constituição pode, de acordo com Maingueneau, ser descrita em termos de operações regulares sobre formações discursivas já existentes. Essa hipótese nos conduz a uma outra noção definida pelo autor, a saber, a noção de *espaço discursivo*, que deve ser compreendido como um subconjunto de formações discursivas cuja relação o analista julga pertinente considerar para seu propósito. O recorte desse subconjunto deve resultar de hipóteses fundadas sobre um conhecimento dos textos e sobre um saber histórico que serão confirmados, ou não, no decorrer da pesquisa.

Estas três noções, destinadas a melhor especificar a noção de interdiscurso, conferem à noção de interdiscurso um caráter radicalmente histórico, na medida em que tanto os recortes, quanto as relações estabelecidas pelo analista são minimamente regulados pelos limites do campo discursivo.

Assumindo essa concepção de interdiscurso, toda enunciação deverá ser considerada no interior de um campo discursivo, como, aliás, respeitadas os devidos deslocamentos, já havia postulado Bakhtin (1953/2003, p. 261-262), ao afirmar que “o emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana” e que o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional do gênero do discurso “estão indissolúvelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação”.

A problemática dos gêneros do discurso será sistematizada por Dominique Maingueneau (1997, 2002, 2006) a partir do conceito de cena da enunciação.

Maingueneau (2006) propõe uma análise da instância (ou cena) de enunciação, distinguindo três cenas – a *cena englobante*, a *cena genérica* e a *cenografia* – que operam em níveis complementares e se afetam mutuamente. Estes conceitos correspondem, de alguma forma, em um quadro diverso, às três características do gênero postuladas por Bakhtin (tema, estrutura composicional relativamente estável e estilo).

A *cena englobante* é a que corresponde ao que se costuma entender por tipo de discurso (ao tema, em Bakhtin): o religioso, o político, o publicitário, por exemplo. Para se interpretar um texto é necessário que sejamos capazes de situá-lo em uma *cena englobante*, a fim de que seja possível perceber a título de que somos interpelados: a título de sujeito eleitor, no caso de discursos de tipo político; de sujeito consumidor, quando se tratar de discurso de tipo publicitário, e assim por diante. É, pois, a *cena englobante* que define o estatuto dos interlocutores num certo espaço social.

Além da *cena englobante* – imprescindível, mas não suficiente para definir as instâncias reguladoras da discursividade – um outro nível constitutivo da *cena de enunciação* é a *cena genérica*, definida pelos gêneros de discurso.

De acordo com o autor, cada gênero de discurso implica uma cena específica que impõe aos sujeitos interlocutores um modo de inscrição no espaço e no tempo, um suporte material, um modo de circulação, uma finalidade. As condições de enunciação ligadas a cada gênero de discurso correspondem a certas expectativas e antecipações dos interlocutores a respeito de como devem se inscrever discursivamente por meio de certos gêneros que integram determinada *cena englobante*. Essas condições de enunciação são formuladas por meio de certas questões que levam em conta o caráter de legitimidade das práticas discursivas: quais os interlocutores, o lugar e o momento necessários para realizar esse gênero (em determinada *cena englobante*)? Quais as condições de/para sua circulação (em determinada *cena englobante*)? Que normas presidem seu consumo (em determinada *cena englobante*)? Como se pode perceber, por meio dessas formulações, apesar da especificidade da *cena genérica*, não é possível considerá-la independentemente da *cena englobante*; do mesmo modo como não é possível definir a *cena englobante* sem levar em conta o conjunto de gêneros que a compõem.

É nesse sentido que essas duas cenas – a *englobante* e a *genérica* – definem conjuntamente o que Maingueneau (2006) chama de *quadro cênico* do discurso. É esse quadro que define o espaço estável (o do tipo e o do gênero de discurso) no interior do qual o enunciado adquire sentido. Entretanto, não é diretamente com o *quadro cênico* que os sujeitos interlocutores se confrontam. Eles se confrontam com uma *cenografia* – terceiro nível que compõe a *cena de enunciação* do discurso –, que não é imposta pelo tipo ou gênero de discurso, mas instituída pelo próprio discurso. A *cenografia*, conforme o autor, é ao mesmo tempo, aquilo de onde vem o discurso e aquilo que esse discurso engendra.

É com a *cenografia* que o leitor se confronta diretamente; é nessa instância que o leitor vê atribuído a si um lugar, porque “o texto lhe chega em primeiro lugar por meio de sua *cenografia*, não de sua *cena englobante* e de sua *cena genérica*, relegadas ao segundo plano, mas que na verdade constituem o quadro dessa enunciação” (MAINGUENEAU, 2006, p. 252). A *cenografia*, portanto, é imposta pelo texto e, ao impor-se, constitui-se

como condição e produto desse mesmo texto, isto é, está no texto e o constitui ao mesmo tempo:

Um discurso impõe sua cenografia de imediato: mas, por outro lado, a enunciação, em seu desenvolvimento, esforça-se para justificar seu próprio dispositivo de fala. Tem-se, portanto, um processo em espiral: na sua emergência, a fala implica uma certa cena de enunciação, que, de fato, se valida progressivamente por meio da própria enunciação. A cenografia é, assim, ao mesmo tempo, aquilo de onde vem o discurso e aquilo que esse discurso engendra; ela legitima um enunciado que, em troca, deve legitimá-la, deve estabelecer que essa cenografia da qual vem a fala é, precisamente, a cenografia necessária para contar uma história, denunciar uma injustiça, apresentar uma candidatura em uma eleição etc. (MAINGUENEAU, 2004, p. 96)

Para ilustrar esse conceito, iremos nos valer aqui de exemplos do pelo próprio autor. Em *Discurso literário* (2006), Maingueneau explica que é muito comum, na literatura, que o leitor não se perceba inscrito em uma *cena englobante*, mas se veja diante de uma *cenografia*. Em uma novela ou em um romance, por exemplo, a história pode ser contada de muitas maneiras:

[em uma novela] *pode ser um marujo contando suas aventuras a um estrangeiro, um viajante que narra numa carta a um amigo algum episódio por que acaba de passar, um narrador invisível que participa de uma refeição e delega a narrativa a um conviva, etc. Da mesma maneira, um texto membro da cena genérica romanesca pode ser enunciado, por exemplo, por meio da cenografia do diário íntimo, do relato de viagem, da conversa ao pé da fogueira, da correspondência epistolar etc.* (MAINGUENEAU, 2006, p. 252)

Esses exemplos de *cenografias* construídas do interior de gêneros que compõem a *cena englobante* literária permitem perceber a relação complementar existente entre as três *instâncias (cenas) de enunciação* propostas por Maingueneau – a *cenografia*, a *cena genérica* e a *cena englobante*. Mas é com a *cenografia* que o leitor se confronta diretamente.

É também na *cenografia* que são validados os estatutos do enunciador e do co-enunciador de um discurso; é ainda nela também que se validam o tempo e o espaço a partir dos quais a enunciação se desenvolve. Assim, a *cenografia* implica uma figura de *enunciador* e, correlativamente, uma de *co-enunciador*, bem como uma *cronografia* (um momento/tempo) e uma *topografia* (um lugar/espaço)³ a partir das quais o discurso pretende emergir. Esses três polos são indissociáveis. Por exemplo: em uma *cena englobante* política, por ocasião de um proferimento político (*cena genérica*) – em que, frente a um cenário de crises e injustiças descrito pelo enunciador, clama-se por igualdade social para que o país se desenvolva e se torne um país para todos –, a determinação da identidade dos parceiros da enunciação (“aqueles que lutam por um país mais justo e

³ A esses elementos – enunciador, co-enunciador, cronografia e topografia –, Maingueneau (1997) se refere a partir do conceito de dêixis discursiva.

igualitário”), a definição de um conjunto de lugares (“o país do futuro”; “o país da democracia”) e de momentos de enunciação (“um período de crise profunda”; “uma fase de renovação”) andam juntas, e é a partir dessa *cenografia*, construída na/pela enunciação que o discurso é proferido e legitimado, ao mesmo tempo que vai legitimando a própria *cenografia* que possibilitou a sua legitimação.

Para os propósitos deste artigo, gostaríamos de dar destaque a dois aspectos importantes das formulações de Dominique Maingueneau: i) nesse quadro teórico, qualquer enunciação está submetida ao funcionamento interdiscursivo e, nesse sentido, às regras de funcionamento de um campo discursivo específico, que são sempre históricas; ii) a consideração da enunciação a partir do conceito de cena de enunciação implica o reconhecimento de que há três níveis associados, mas distintos, de funcionamento da enunciação, a saber, o nível referente aos funcionamentos dos tipos de discurso; o que diz respeito aos funcionamentos dos gêneros de discurso; e o que se refere aos funcionamentos de cada exemplar de gênero de discurso, isto é, de cada texto efetivamente produzido.

A partir das postulações teóricas apresentadas nesta seção, faremos, a seguir, considerações a respeito dos fenômenos referidos como “intertextualidade intergêneros” e “ficcionalização”.

Os fenômenos da “intertextualidade intergêneros” e da “ficcionalização”

O fenômeno da “intertextualidade intergêneros”, como o chama Fix (1997), refere-se ao aspecto da hibridização (ou mescla) de funções e formas de gêneros diversos num dado gênero. Em linhas gerais, esse fenômeno é descrito por vários autores da seguinte maneira: um texto de determinado gênero do discurso é construído valendo-se do “formato” de um outro gênero, como é o caso, por exemplo, de um proferimento político estruturado no “formato” de uma carta, ou de uma canção estruturada no “formato” de provérbios⁴, como ilustram, respectivamente, os casos a seguir:

Meus caros compatriotas.

Vocês o compreenderão. Desejo, nesta carta, falar-lhes da França. Graças à confiança que depositaram em mim, exerço há sete anos o mais alto cargo da República. No final deste mandato, não teria concebido o projeto de apresentar-me novamente ao sufrágio de vocês se não tivesse tido a convicção de que nos restava ainda muito a fazer juntos para assegurar a nosso país o papel que dele se espera no mundo e para zelar pela unidade da nação.

Mas quero também falar de vocês, de suas preocupações, de suas esperanças e de seus justos interesses.

⁴ Na verdade, não se trata exatamente de provérbios, mas de formas inspiradas neles, forjadas com muitas palavras equivalentes, mas que, em geral, os “desmentem”, os subvertem. Por exemplo: i) “Ouça um bom conselho / Que eu lhe dou de graça” é uma sequência que evoca um provérbio: “Se conselho fosse bom não se dava, se vendia”; ii) “Brinque com meu fogo / Venha se queimar” subverte “Quem brinca com fogo sai queimado”; iii) “Aja duas vezes antes de pensar” subverte “Pense duas vezes antes de agir”, etc.

Optei por escrever-lhes uma carta para me expressar sobre todos os grandes temas que merecem ser tratados e discutidos entre Franceses, uma espécie de reflexão em comum, como acontece quando a família se reúne à noite, em volta da mesa.

(fragmento do pronunciamento político de François Mitterrand, publicado na imprensa francesa em 1988, por ocasião da campanha presidencial)⁵

Bom conselho (Chico Buarque)

Ouça um bom conselho
Que eu lhe dou de graça
Inútil dormir que a dor não passa
Espere sentado ou você se cansa
Está provado, quem espera nunca alcança.

Venha meu amigo
Deixe esse regaço
Brinque com o meu fogo
Venha se queimar
Faça como eu digo
Faça como eu faço
Aja duas vezes antes de pensar.

Corro atrás do tempo
Vim de não sei onde
Devagar é que não se vai longe
Eu semeio vento
Na minha cidade
Vou pra rua e bebo a tempestade.

Tal explicação para esse fenômeno parece reduzir um dos gêneros a mero formato do outro, o que descaracteriza a própria concepção de gênero do discurso como evento enunciativo, interacional e dialógico, uma vez que um dos gêneros considerados é reduzido a seu aspecto formal (e o outro, paradoxalmente, para esta concepção, fica desprovido de forma).

A nosso ver, a noção de cenografia postulada por Maingueneau possibilita uma explicação bem mais adequada do fenômeno, uma vez que permite considerar a existência de mais um nível de funcionamento da enunciação – o do texto propriamente dito –, ao invés de reduzir tudo à esfera do funcionamento do gênero, a ponto de descaracterizar o conceito. Nessa perspectiva, a consideração do nível da cenografia permitiria dizer, por exemplo, que os textos anteriormente apresentados são, respectivamente, exemplares dos gêneros “proferimento político” e “canção” – e não carta e sequência de provérbios subvertidos. Isso implica a consideração de determinados contratos comunicacionais (“é para ser cantado, lido, proclamado, etc.?”; “qual é o ritual apropriado de enunciação?”; “quais são seus circuitos de difusão?”), bem como a de certas condições de produção de

⁵ Citado em Maingueneau (2002, p. 91)

ordem estatutária (“qual é o estatuto do enunciador de textos desse gênero, e que estatuto deve atribuir a seu enunciador?”, etc.). O peculiar da concepção de Maingueneau é que cada um desses textos, em específico, constrói uma cenografia, isto é, uma cena textualmente construída (que desafia o leitor): no primeiro caso, faz-se um proferimento político por meio da cenografia de carta; no segundo caso, compõe-se uma canção valendo-se da cenografia dos provérbios “subvertidos”.

Essas cenografias afetam profundamente os processos de interação entre os interlocutores e de atribuição de sentidos ao texto, uma vez que é com elas que o leitor/ouvinte deve lidar diretamente, a ponto às vezes de “se esquecer” das próprias coerções de ordem genérica. Não é difícil imaginar, por exemplo, uma situação em que um leitor do texto de François Mitterrand, anteriormente apresentado, possa ter “se esquecido” de seu estatuto de eleitor, nesse processo interativo em que foi interpelado como co-enunciador, para “se lembrar”, sobretudo, que é destinatário de uma correspondência. Evidentemente, não estamos afirmando que os leitores devem achar que se trate, nesse caso, de uma carta. Pelo contrário: só leem adequadamente o texto se se derem conta de que não é uma carta! Reconhece-se, assim, a importância da percepção da existência desses dois níveis de funcionamento da enunciação, uma vez que questões como essas aqui referidas estão fortemente relacionadas à problemática dos modos de interação e dos efeitos de sentidos do texto, e, portanto, não devem ser desconsideradas.

O segundo fenômeno de que nos ocupamos neste artigo, a saber, o da “ficcionalização”, é apresentado e definido por Schneuwly (2004) a partir de uma perspectiva de ensino da linguagem que considera o gênero do discurso como um “instrumento semiótico complexo que permite a comunicação”, desempenhando “o papel de interface entre os interlocutores” (p. 138). Esse tipo de apropriação do conceito bakhtiniano de gênero do discurso como instrumento semiótico alinha-se a pressupostos do autor sobre o desenvolvimento humano, segundo os quais o “fato central do desenvolvimento é a transformação dos processos psíquicos pela apropriação desses instrumentos semióticos” (p. 142).

Dessa perspectiva, a intervenção educativa da escola deve, segundo Schneuwly, colocar “à disposição, em termos de instrumentalização do desenvolvimento da criança, instrumentos semióticos que lhe permitam construir e reconstruir suas próprias funções psíquicas” (p. 142), isto é, a escola deve apropriar-se do gênero enquanto instrumento “que cria novos saberes, que torna possíveis novas ações e que as orienta” (p. 137). Nesse quadro teórico – e assumindo que a escola “produz e pressupõe, para seu funcionamento, modos de comunicação mais fortemente formalizados e convencionalizados” –, é que o autor defende o trabalho sobre a ficcionalização, definida como “uma representação puramente interna, cognitiva, da situação de interação social” (p. 144). O trabalho com gêneros mais institucionais implica

sempre uma parte de “ficcionalização” (Schneuwly 1988), à medida que os parâmetros contextuais não estão dados pela situação imediata, mas pré-definidos institucionalmente e materializados no próprio gênero. O enunciador, o destinatário, o lugar social são só parcialmente instâncias físicas e sociais da produção e da recepção imediatas e devem, então, ser “ficcionalizados” para aparecer, no texto produzido, em forma de traços diversos. (SCHNEUWLY, 2014, p. 145)

Do ponto de vista interno, há uma coerência indiscutível na proposta de Schneuwly, e o cuidado com que o autor vai tecendo sua rede conceitual é inegável. Entretanto, o que nos parece discutível em sua proposta são duas questões de ordens distintas: i) a leitura que o autor faz do conceito bakhtiniano de gênero do discurso, enquanto instrumento semiótico de comunicação e interface entre interlocutores, uma vez que apaga o caráter irredutível do gênero como atividade social; ii) e o caráter de simulação que a noção de “ficcionalização” adquire ao ser considerada no contexto escolar, uma vez que não se refere a representações de processos interacionais efetivos, mas de simulações desses processos. Essas duas questões de diferentes ordens – o modo como o autor se apropria do conceito de gênero do discurso e a simulação do processo interativo – acabam por escamotear o caráter de atividade sócio interacional do gênero, uma vez que, em última instância, ele é tomado ora como instrumento de mediação (entre interlocutores; entre o aprendiz e o conhecimento), ora como instrumento de simulação.

Tal simulação pode, em linhas gerais, ser descrita da seguinte maneira: pede-se aos alunos, por exemplo, que escrevam um conto (gênero do discurso cuja produção implica a consideração de uma série de questões relativas ao funcionamento do campo literário – seus processos de institucionalização, seus arquivos, seus modos de constituição de posicionamentos estéticos, seus modos de legitimação de autoria, etc.), mas, considerando que os contratos comunicacionais implicados na produção social desse gênero não reconhecem, a princípio, a legitimidade de narrativas escolares como contos literários, nem tampouco os “autores” de “redações” escolares como autores literários, tudo o que a escola consegue promover com esse tipo de atividade é a simulação de uma produção literária, isto é, um “faz de conta que estamos escrevendo um conto”. Uma atividade dessa natureza descaracteriza a própria concepção de gênero do discurso como evento enunciativo, uma vez que desconsidera a efetiva inscrição social dos sujeitos, que, em última instância, estão produzindo uma redação escolar.

O que estamos questionando, nessa reflexão, não é a produção de redações escolares, ou a simulação de situações de enunciação, que pode ser, inclusive, uma produtiva estratégia pedagógica, mas o escamoteamento da noção de gênero do discurso, ou, em outras palavras, o modo como a transposição didática desse conceito pode apagar um dos aspectos essenciais de sua definição: o de ser uma atividade sócio interacional.

Considerações finais

Neste artigo, tratamos de dois aspectos específicos da abordagem dos gêneros do discurso em contexto escolar – a intertextualidade intergêneros e a ficcionalização – que, a nosso ver, apresentam-se como fortes evidências de que, no processo de escolarização da concepção de gênero do discurso, houve momentos em que pressupostos fundantes da teorização bakhtiniana foram relegados a um segundo plano, e os gêneros foram preponderantemente tratados a partir de seus aspectos formais. O intuito primordial dessa nossa abordagem é propor uma via de debate por meio da qual seja possível resgatar de maneira efetiva, nos processos de transposição didática que os materiais didáticos e a escola vêm realizando, a centralidade da concepção de linguagem como atividade de sujeitos inscritos em condições sociais de produção de discursos.

MUSSALIM, F.; POSSENTI, S. THE PROBLEMATIC OF THE DIDACTIC TRANSPOSITION OF DISCOURSE GENRE: "INTER-GENRES" ON THE AGENÚ

Abstract

The National Curriculum Parameters proposal of teaching Portuguese according to the bakhtinian concept of discourse genre (BAKHTIN, 1953/2006) has triggered a series of theoretical reflections on the concept and allowed the emergence of a set of proposals and didactization methodologies for working with genres in the classroom. However, throughout this schooling process, there have been times when founding assumptions of bakhtinian theorizing were relegated to the background, and genres were dealt with from the perspective of its formal aspects. In this article, we address two specific aspects of the approach of discourse genres in school context which, in our view, appear as strong evidence of this fact. We refer here to two phenomena commonly interpreted/understood as "inter-genres intertextuality" (FIX, 1997) and "fictionalization" (SCHNEUWLY, 2004).

Key-words

Discourse genres; enunciation scene; inter-genres intertextuality; fictionalization; didactic transposition.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. Discourse in the novel. In: *The dialogic imagination: four essays by M. M. Bakhtin*. Austin: University of Texas Press, 1981.

_____. Os gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 261-306.

BAKHTIN, M. / VOLOSHINOV. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2006.

FARACO, C. A. *Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin*. Curitiba: Criar Edições, 2003.

FIX, Ursula. Kanon und Auflösung des Kanons. Typologische Intertextualität ein "postmodernes" Stilmittel? In: ANTOS, Gerd, TIETZ, Heike (Hgg.). *Die Zukunft der Textlinguistik*. Traditionen, transformationen, trends. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1997, p. 96-108.

MAINGUENEAU, D. *Análise dos textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Cena de enunciação. In: CHARAUDEAU, P., MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 95-97.

_____. *Discurso literário*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. *Gênese dos discursos*. Trad. Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2005.

_____. *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed. Campinas: Pontes/Ed. da UNICAMP, 1997.

SCHENEUWLY, B. Palavra e ficcionalização: um caminho para o ensino da linguagem oral. In: ROJO, R., CORDEIRO, G. S. (orgs.). *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 2004, p. 129-147.